

A cidadania na proposta educacional de qualidade: a avaliação da responsabilidade social como forma de mediação

Citizenship in the educational proposal of quality: the evaluation of social responsibility as a form of mediation

Naira Tomiello⁶

RESUMO

A modernidade expressa na “fluidez”, no “risco” e na “desregulamentação” provoca transformações que atingem o sistema educacional de forma estrutural e valorativa. No turbilhão de mudanças, as questões voltam-se à *gênese*: *que sociedade queremos? E que alunos devemos formar?* O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) institui um processo avaliativo sistêmico e dialógico, que tem o propósito de fomentar e disseminar uma cultura voltada para a qualidade nas instituições de ensino público e privado. O “princípio responsabilidade” atende a questionamentos: *por quê, perante quem e de que modo somos responsáveis?* Os deveres e direitos são constitutivos desse princípio, que se formalizam na concepção de “cidadania”. O objetivo desta pesquisa consiste em avaliar a responsabilidade social do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) como mediação para a educação de qualidade e cidadania. Vale destacar que o CESUSC origina-se de uma proposta diferenciada, calcada nos preceitos dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação. Qualidade. Responsabilidade Social. Impactos. Cidadania.

ABSTRACT

The modernity expressed in "fluidity", "risk" and "deregulation" causes changes affecting the educational system in valued and architectural forms. In the tourbillion of changes, questions return to the genesis: what kind of society do we want? and what students should we educate? The National System of Higher Education Assessment (SINAES) establishes a systemic and dialogical evaluation process, which has the purpose to promote and disseminate a culture looking for quality in public and private teaching institutions. The "principle of responsibility" answers the questions: why, before who and how we are responsible? The duties and rights are parts of this principle that become formalized in the conception of "citizenship". The objective of this research is to assess social responsibility of the Higher Education Complex in Santa Catarina (CESUSC) as mediation for quality education and citizenship. It is worth highlighting that CESUSC has started from a differentiated proposal and based on Human Rights precepts.

Key Words: Evaluation System. Quality. Social Responsibility. Impacts. Citizenship.

⁶ Doutoranda do PPGICH da UFSC e professora da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis (FCSF) - CESUSC.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior privado no Brasil expandiu-se na década de 90. Essa expansão trouxe, junto com o crescimento do número de vagas, a tendência de se estabelecer a distinção e a hierarquia entre ensino público e o ensino privado. Apesar dos inúmeros problemas admissíveis ao ensino público, há a percepção de que, ainda com seus “paradoxos”, ele mantém qualidade superior às privadas. Leis e Assmann (2007, p.16) descrevem essa percepção apresentando as “perversidades do sistema de ensino brasileiro”, que não oferece vagas suficientes para as carreiras que atendem ao desenvolvimento do País e que os alunos pobres, “que estudaram em escolas ruins, sejam praticamente obrigados a pagar universidades privadas, também ruins, que ofertam cursos baratos, que pouco atendem às necessidades de desenvolvimento do País [...]”. Os autores ainda argumentam que a autonomia das instituições de ensino superior, que surgiram para garantir a não intromissão do Estado, não garantem a qualidade, pois, se assim fosse, dever-se-ia poder dizer que “as universidades privadas, mais autônomas em sua gestão, são as de maior qualidade”. Os autores sustentam que isso não ocorre no Brasil, pois

as universidades mais autônomas são as privadas, que não são por isso exemplos de qualidade. Nem são as universidades privadas as que se preocupam com a construção de um projeto nacional, embora sejam em geral mais ágeis para se inovarem na sua gestão e na criação de novos cursos (LEIS; ASSMANN, 2007, p.16).

Entende-se que a análise segmentarizada entre “estatais e particulares” pode encobrir problemas que são do sistema de ensino superior como um todo. Ao atribuir-se maior ou menor qualidade, quais são, de fato, os indicadores que compreendem essa análise? Ao imputar às universidades públicas “maior qualidade”, quem cobra e controla delas a qualidade em seus diferentes impactos: de gestão, de ensino, de pesquisa e de extensão? A comparabilidade entre pública e privada ocorre em todos os impactos? Comparações genéricas que tendem à desqualificação de uma ou de outra perdem a força ao suscitarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 quanto à finalidade do ensino superior. Em que medida ambas atendem ao requisito da formação profissional associada à ética e à cidadania? Como o desenvolvimento das habilidades instrumentais é conjugado ao desenvolvimento das competências sociais? Em que

medida as práticas de ensino e avaliações potencializam a capacidade crítica, criativa de investigação do aluno? Qual a capacidade de inovação nas grades curriculares que permitam a adequação às novas demandas da realidade brasileira, sem perder de vista a dimensão global?

O MEC instituiu, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, um novo sistema de avaliação da educação do ensino superior, que tem como característica uma forma integrada de avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes por meio de dez dimensões. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) apresenta um caráter sistêmico com o propósito de instituir uma cultura da qualidade para todas as Instituições de Ensino Superior (IES), sejam públicas ou privadas. Para o SINAES, qualidade nas IES diz respeito ao conjunto de atributos existentes nas instituições, que compatibilizam as suas missões com as expectativas dos seus membros e da sociedade e com padrões aceitáveis de desempenho (SINAES, 2007). O padrão de qualidade que a IES deve atingir depende de referenciais universais e particulares. Como referenciais universais serão analisadas a adequação e pertinência dos processos de formação; rigor acadêmico e científico; condição social, científica e cultural da produção acadêmica; construção e exercício da cidadania. Já nas referências particulares, serão analisadas a missão; o projeto pedagógico (institucional e do cursos); e a diversidade de contextos, atores, processos e atividades das IES.

A avaliação representa o compromisso com a autoconsciência institucional, com um processo dialógico, com a integralidade das dez dimensões:

Dimensão 1: Missão e plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 2: Perspectiva científica e pedagógica formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão;

Dimensão 3: Responsabilidade social da IES;

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade;

Dimensão 5: Política de pessoal, carreira, aperfeiçoamento, condições de trabalho;

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição;

Dimensão 7: Infra-estrutura física e recursos de apoio;

Dimensão 8: Planejamento e avaliação;

Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira.

As dimensões podem ser classificadas quanto à hierarquia e quanto ao peso. Há as que dizem respeito às atividades finalísticas, correspondendo aos números 2, 3, 5, e 7; e há as dimensões que dizem respeito aos procedimentos organizativos e operacionais das instituições, números 1,4,6,8,9 e 10. A atribuição de peso às dimensões do SINAES é assim dimensionada, em ordem crescente: dimensão 2 tem peso 30; dimensão 5 tem peso 20; as dimensões 3 e 7 têm peso 10; as dimensões 1, 4, 6, 8, 9, e 10 têm peso 05. Com essa abordagem de superação da lógica fragmentária de avaliação, o SINAES pretende também ser um importante instrumento de regulação para políticas educacionais.

O artigo propõe uma reflexão a partir da dimensão de Responsabilidade Social - RS das IES. Os indicadores do SINAES subdividem essa dimensão em: políticas institucionais; responsabilidade social no Ensino; responsabilidade social na Pesquisa; responsabilidade social na Extensão. A discussão desse tema tem sido abordada pela Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ESTUDOS. As publicações número 34 e 36 trazem, respectivamente, os títulos “Responsabilidade social das instituições de ensino superior” e “Responsabilidade social da educação superior: contribuições da rede universitária de ética e desenvolvimento social do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”. Os textos publicados apresentam a complexidade, importância, os limites e as possibilidades de se repensar o modelo de IES a partir da dimensão de Responsabilidade Social.

Um conceito de Responsabilidade Social na IES é apresentado por La Jara; Fontecilla; Troncoso (2006, p.63) como sendo

a capacidade que a universidade tem de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores gerais e específicos, por meio de quatro processos considerados essenciais: gestão, ensino, pesquisa e extensão universitária. Comprometendo-se, assim do ponto de vista social, com a própria comunidade universitária e com o país em que se insere.

A relação simbiótica entre as IES e a realidade do país deve ser diagnosticada a partir dos impactos gerados. A gestão de impactos destaca o repensar do papel das IES quanto ao desenvolvimento da ciência, à formação profissional e cidadã dos estudantes e à contribuição efetiva para o desenvolvimento do país. Os impactos atribuídos às IES são: impacto do funcionamento organizacional (gestão); impacto educativo (ensino); Impacto da produção do saber (pesquisa); impacto social (extensão).

Com a adoção pelas IES ao discurso da responsabilidade social, surgem dúvidas quanto ao entendimento e prática do conceito (CALDERÓN, 2006): A RS, muitas vezes, está sendo entendida apenas como uma estratégia de marketing, ou seja, isolada de um modelo de gestão; muitas das práticas realizadas são inconsistentes diante do volume de investimento na comunicação dessas práticas; nem sempre há um tratamento ético extensivo a todas as atividades e a todos os *stakeholders*; as atividades de extensão não raramente são de cunho assistencialista; ações sociais dispersas e não condizentes com o foco de atuação das IES.

Com a crescente demanda por ações sociais e a conseqüente pressão para que as IES adotem eficazmente o conceito de RS, surge a necessidade da definição de passos nessa direção. O primeiro passo consistirá em fazer um diagnóstico para procurar compreender e avaliar o grau de comprometimento das IES aos princípios da RS em todos seus impactos. Um dos desafios é a definição da vocação social das IES, a fim de não adotar projetos isolados ou casuísticos, mas estruturados e de continuidade. Vocação social consiste na apreensão do norte das ações sociais das IES, definidas de forma transparente, criteriosa e integradas aos processos-chave: gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se que convém à Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis, CESUSC, agilizar-se em direção a essa compreensão. Um diagnóstico mais abrangente envolveria tanto o público interno (funcionários, professores, alunos) quanto o público externo (sociedade, comunidade, poder público). Neste momento, optou-se pelo público interno. A proposta deste artigo consiste em compreender como o CESUSC tem despendido e pretende despende esforços na direção da formalização de um “contrato” com a sociedade. Para tanto, é proposto um diagnóstico a ser realizado com o público interno a fim de traçar a vocação social da Instituição. A pergunta que esta pesquisa procurará responder é a seguinte: **Qual a avaliação da Responsabilidade Social do CESUSC, unidade Florianópolis?**

O objetivo geral deste artigo busca avaliar a responsabilidade social do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) como mediação para a educação de qualidade e cidadania. E os objetivos específicos consistem em a) Compreender o discurso de responsabilidade social por meio da missão, dos valores e princípios divulgados pela Instituição; b) Levantar junto à comunidade

acadêmica, formada por professores, alunos e colaboradores, qual a percepção sobre as ações de responsabilidade social praticadas pelo CESUSC; c) Identificar, junto à comunidade acadêmica, quais ações de responsabilidade social deveriam compor prioritariamente a prática do CESUSC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Destacam-se na revisão teórica três eixos: o primeiro, “Qualidade na educação e o contexto da modernidade”, cujo foco é mostrar a complexidade do termo “qualidade”, sobretudo associado à educação. Ainda, situa-se a necessidade de reavaliação dos valores educacionais diante de um “mundo em descontrole”. No segundo eixo, “Emergências por uma ‘nova cidadania’”, evoca-se a problemática do “triunfo da individualização” e a perspectiva de uma “cidadania restritiva” como empecilhos para abordagem de uma “cidadania ampliada”. Procura-se, ainda, apresentar valores essenciais que tornam a relação “educação x cidadania” um caminho de mão-dupla. Por fim, no terceiro eixo, “Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior”, discute-se o conceito de “responsabilidade”, cuja essencialidade inclui as noções de “pluralidade” e “amor mundo”. Conclui-se esta revisão com a associação entre “responsabilidade social” e o “desenvolvimento do País” por meio da apresentação de alguns valores propostos no projeto chileno “*Universidad Construye País*”.

2.1 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO DA MODERNIDADE

A noção “qualidade” que, principalmente, a partir dos anos 80 pertence ao jargão do mundo empresarial brasileiro, também é recorrentemente abordada no meio educacional. Fala-se em “ensino de qualidade”; “padrão de qualidade no ensino”; “instituição ‘de’ ou ‘sem’ qualidade”; e as IES apropriam-se do termo como uma forma de associá-lo às suas marcas. Paladini (2000) lembra que “qualidade” é um termo de domínio público e de uso comum e que, freqüentemente, é adotada ou compreendida de modo incorreto. O autor discorre sobre os “reflexos críticos” que a adoção equivocada do conceito de “qualidade” pode causar ao processo de gestão organizacional. Alguns atributos recorrentes ao conceito podem sintetizar a qualidade como um “estado ideal”; “perfeição”;

“definitiva”; “subjativa”; “conformidade”; “requisito mínimo”; “diversificação”; “especializada”. Esses atributos, tomados isoladamente, podem apresentar os seguintes reflexos críticos, destacado pelo autor: deixa-se de investir em qualidade pelo alto custo (“estado ideal”); deixa-se de pensar em melhorias continuamente (“perfeição”); considera que o consumidor não altera suas preferências (“definitiva”); percebe como impossível a mensurabilidade da qualidade (“subjativa”); entende que o que está delimitado pelas normas é o suficiente para ratificar a qualidade (“conformidade”); significa que os esforços para o funcionamento bastam e, por isso, deixa de requer maior dedicação (“requisito mínimo”); pressupõe que quanto maior o número de itens agregados ao serviço, maior a qualidade (“diversidade”); considera que tanto a responsabilidade pela qualidade quanto a culpa pela sua ausência está restrita a algumas pessoas (“especialistas”). Paladini (2000, p.21) conclui que “o conceito de qualidade envolve múltiplos elementos, com diferentes níveis de importância. Centrar atenção exagerada em algum deles ou deixar de considerar outros atributos pode fragilizar estrategicamente a organização”. Assim, o autor destaca a “multiplicidade de itens” e o “processo evolutivo” como características constitutivas e essenciais da qualidade.

A qualidade no campo educacional pode ser compreendida em termos de multiplicidade e continuidade ao se pensar sobre o conjunto de problemas que aflige a sociedade contemporânea e no papel das IES como mediadoras para soluções. Como um projeto de se repensar a sociedade contemporânea está intimamente ligado aos termos “multiplicidade” e “continuidade” na qualidade da proposta educacional? Esse questionamento implica na formulação de outro: que sociedade queremos e que tipo de homem deve ser formado pelas instituições educacionais? Quer dizer, para remeter-se às elaborações no campo da qualidade educacional, há que se ponderar seus valores constitutivos.

A perplexidade diante da modernidade é o impulso motriz para reavaliação dos valores. Assim, aguça-se a percepção sobre a historicidade das mudanças e suas tendências; o que se mantém sólido ou o que é desfeito na liquidez (BAUMAN, 2001); como o profano e o sagrado são constituídos ou destituídos pelo embate das relações de poder; e que medida a espacialidade dos referenciais torna-se global ou mantém-se circunscrita; e as perspectivas diante das políticas de engajamento em relação aos projetos de individuação. Essa

“perplexidade diante da modernidade”, ou seja, a capacidade de admirar-se com que o está posto, destituído da miopia conformista e desmobilizadora, torna-se essencial para a reavaliação dos valores que farão parte do que se concebe como qualidade no campo educacional. Por exemplo, determinadas relações didático-pedagógicas tornam-se questionáveis à luz da mundialização da comunicação.

Bauman (2001) caracteriza a modernidade a partir da distinção entre o “derretimento dos sólidos”, que representam o fim dos modelos tradicionais, dos direitos costumeiros e das armaduras protetoras das crenças. Apresenta a “modernidade líquida ou fluída” como o triunfo da individualização, desregulamentação e flexibilização. O autor desenvolve a metáfora “sólido x líquido” para captar a nova modernidade, que “derrete” os projetos coletivos e as políticas coletivas em favor da individualização. Harvey (2006) tem suas raízes no pensamento marxista, distingue a modernidade da pós-modernidade com base nos modos de organização do capitalismo. Descreve as diferenças entre o modo fordista e o de acumulação flexível, e assinala que o pós-modernismo representa o fim das metanarrativas em favor do pluralismo. Na compreensão do “tempo-espaço”, o autor apresenta seu impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, assim como sobre a vida social e cultural. Descreve a volatilidade e efemeridade presentes na moda, nos produtos, nas técnicas de produção, nas idéias, nos valores e práticas, caracterizando uma “sociedade do descarté”. Por outro lado, o “mergulho no turbilhão da efemeridade” provoca sentimentos e tendências opostos, que Harvey sinaliza como a necessidade de encontrar verdades eternas, hábitos e valores duradouros, expressos, por exemplo, na valorização da religião e de outras instituições básicas, como a família e a comunidade.

O mundo em mudanças é retratado por Beck (2003) a partir da distinção entre a primeira e a “segunda modernidade”. As características da primeira modernidade enfatizam as sociedades do Estado nacional; as sociedades grupais coletivas; a distinção clara entre sociedade e natureza; e sociedades produtivas, com aspiração ao pleno emprego. A “segunda modernidade” é caracterizada num processo interno de externo de questionamentos sobre as conseqüências da globalização econômica, política, social e cultural. Há a intensificação dos processos de individualização, formando uma espécie de “individualismo institucionalizado” (BECK, 2003, p.23); a oposição entre sociedade/natureza traz

riscos e perigos para a sociedade, que o autor denomina de “sociedade de risco” (p.24). Giddens (1997) analisa as perspectivas atuais e diz que se vive em um “mundo em descontrole” (GIDDENS, 2005, p.540). O autor acrescenta à perspectiva de risco de Beck a noção de “confiança” nos sistemas abstratos, por exemplo, nas agências reguladoras de alimentos e na eficácia do sistema bancário. Os riscos e a confiança impõem uma “reflexividade” sobre o social. Esta “refere-se à necessidade de estarmos sempre pensando ou refletindo a respeito das circunstâncias em que nossas vidas se desenrolam” (p.541). Beck, Giddens e Lash (1997) compartilham do termo “modernização reflexiva” como uma autocrítica à sociedade de risco. Trata-se de uma “autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco, que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial” (BECK, 1997, p.16). Quer dizer, sem a segurança dos costumes e tradições, as pessoas já não podem fazer coisas de modo irrefletido.

2.2 EMERGÊNCIAS POR UMA “NOVA CIDADANIA”

O “triunfo da individualização” traz como consequência, descrita por Bauman (2001, p.46), “a corrosão e a lenta desintegração da cidadania”. E o autor completa: “se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público” (p.47). Assim, diante desse novo contexto de “modernidade líquida”, de “modernidade reflexiva”, de “segunda modernidade” e de “pós-modernidade”, onde se “encaixam” e de que forma os projetos na ordem do coletivo? Como e de que forma a educação formal participa desse projeto? No que consiste educar para a cidadania? Em primeiro lugar, tradicionalmente, o conceito de cidadania atrelava-se às prerrogativas nacionalistas, ou seja, ser cidadão ou cidadã consistia em possuir uma “identidade nacional”. Tendo em vista a nova ordem de influências globalizantes e pós-tradicionais e os “riscos de proporções globais” (GIDDENS; BECK, 1997), uma “nova cidadania” está se consolidando. Leis (2000, p.14) apresenta o dilema da cidadania em época de globalização e aponta que, “no mundo de hoje, continuar vinculando exclusivamente a cidadania ao Estado-nação, acaba pervertendo a

lógica universalista intrínseca ao conceito de cidadania, transformando seu exercício numa farsa, no longo prazo”.

Siqueira (2002, p.2) sustenta a distinção entre o conceito tradicional e o conceito pós-moderno de cidadania, argumentando que, “ao propiciar a participação dos que estavam excluídos da vida política, reconhecendo novos contextos, formas/possibilidades de participação livres de qualquer determinismo, podemos reconhecer que a nova cidadania se trata de cidadania ampliada”. Santos (1995, p.277) sustenta esse posicionamento e completa: “a nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia da igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade”.

Dagnino (1994 apud PORTILHO, 2005, p.191) corrobora com a noção de “nova cidadania” e, para a autora, a nova concepção de cidadania “incorpora elementos da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de novos sujeitos sociais, a emergência de direitos sociais de novo tipo e a ampliação do espaço da política”. Sintetiza-se a diferenças entre a visão liberal da cidadania e a nova cidadania da seguinte forma:

Quadro 1: Relação entre a visão liberal da cidadania e a visão da “nova cidadania”

VISÃO LIBERAL DA CIDADANIA	VISÃO DA “NOVA CIDADANIA”
1. Limita a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente reconhecidos.	1. Redefine a noção de direitos, incorporando o “direito a ter direitos”, ou seja, a invenção/constituição de novos direitos que emergem de lutas específicas e práticas concretas.
2. Vincula-se a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instauração do capitalismo.	2. A nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos que definam o que consideram ser os seus direitos e lutem por seu reconhecimento.
3. Restringe-se à aquisição formal-legal de direitos e à incorporação ao sistema político <i>strictu sensu</i> .	3. Enfatiza o processo de constituição de novos sujeitos e o processo de “tornar-se cidadão”, alargando o âmbito da cidadania para incluir novas formas de sociabilidade.
4. A visão liberal privilegia a relação entre o Estado e o indivíduo.	4. Implica transcender esse foco para incluir fortemente a relação do indivíduo com a sociedade civil, afirmando e reconhecendo os novos direitos.
5. Encerra-se na reivindicação de acesso, inclusão e pertencimento ao sistema político.	5. Enfatiza o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema e o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos.

Fonte: Portilho (2005, p.192).

A abordagem da “nova cidadania” enfatiza os seguintes aspectos, resumidamente: o princípio do caráter universal; o vínculo essencial entre indivíduos e coletividade; o justo equilíbrio entre direitos e deveres; aprofunda a cultura democrática; e mantém uma “relação de mão dupla, ou seja, da comunidade para o cidadão e do cidadão para a comunidade”. (CORTINA, 2005, p.72). O sentido de cidadania é variável:

A cidadania econômica, política e social resultou da ultrapassagem do sentido jurídico, por um sentido alargado por motivos de aprofundamento da ordem política democrática e de evolução da conjuntura internacional. Economicamente, a cidadania traduz-se na capacidade de o Estado recolher contribuições e impostos e de os redistribuir através da oferta de bens públicos. Politicamente, cria laços de legitimidade entre governantes que, no quadro das democracias europeias actuais (sic), se prolongam em obrigações para além das fronteiras nacionais. Sociologicamente, prende-se com a aquisição de vínculos que oferecem coesão social (HENRIQUES, 1998, p.01)

Como a educação incorpora o conceito de “nova cidadania”? Quais são as crenças, os valores e as práticas? Como é possível uma “educação para a cidadania”? Henriques (1998) argumenta que a “educação para a cidadania” toca todos os registos da existência humana: desde as redes familiares aos espaços públicos internacionais, ou seja, “visa revelar como nesta área se cruzam preocupações éticas e cívicas, pessoais e sociais, nacionais, locais, e globais” (p.03). O autor sustenta que a capacidade de autocrítica é essencial na educação para cidadania e resume o seguinte mapa de valores, que uma sociedade democrática não pode prescindir:

Valores de liberdade, resultantes de autonomia pessoal, intelectual e moral, que carece ser cultivada numa sociedade em mudança; valores de tolerância, igualdade perante a lei, e de participação; valores para sociedade justa e solidária, contra as discriminações étnicas, sexuais e antieconômicas. Em suma, valores da cidadania para uma participação social orientada para a procura do bem comum e da justiça (HENRIQUES, 1998, p.04).

Cortina (2005) completa o quadro de valores essenciais na educação para a cidadania destacando: liberdade como participação, como independência e como autonomia; igualdade; respeito ativo; solidariedade; e diálogo. No que diz respeito ao “diálogo”, a autora enfatiza a ética discursiva (Habermas) nos seguintes aspectos: a) todos devem participar ou ser representados em decisões que os afetam; b) a participação no diálogo revela uma predisposição para ouvir; c) um diálogo é bilateral e não unilateral; d) deve-se estar disposto a acrescentar seus próprios argumentos ou deixar-se ser convencido, quando for o caso; e) procura entender o interlocutor, o que não significa concordar; f) todos os

interlocutores devem expressar seus sentimentos; g) para serem justas, as decisões não devem atender aos interesses individuais ou de grupos, mas da coletividade; h) mediante um equívoco, estar disposto a determinar seriamente o que é justo e retificar o erro.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As demandas para a “qualidade na educação” e para uma “nova cidadania” podem ser avaliadas na perspectiva da “Responsabilidade Social das IES”. Mas, antes, é preciso refletir sobre a amplitude da responsabilidade que recai sobre os indivíduos e sobre a sociedade. Jonas (2006) descreve, em seu livro “Princípio Responsabilidade”, a tese sobre a promessa quebrada pela tecnologia moderna, que se transformou em uma ameaça para a humanidade. Propõe uma “teoria da responsabilidade” construída a partir das noções “de bem”, “de dever” e de “ser”. O autor faz a distinção entre a ética tradicional e o novo paradigma ético. Para ele, a ética tradicional não abrange a escala contemporânea da ação humana; sustenta-se no argumento do “costume”; e relaciona-se com o “aqui e o agora”. Ao contrário, o novo paradigma ético sustenta que a responsabilidade que cada ser humano tem consigo mesmo deve ser indissociável à responsabilidade que tem com os demais; sustenta-se na perspectiva crítica da vulnerabilidade do agir humano; reclama por uma ética extra-humana; trata-se de uma ética voltada para o futuro; descreve a relação entre dever e direito na perspectiva da extinção da reciprocidade, ou seja, há um dever com a posteridade que não reivindica seus direitos. Jonas (2005, p.89) completa: “aquilo que não existe não faz reivindicações, e nem por isso pode ter seus direitos lesados”. Do contrário, poder-se-ia perguntar, conforme cita o autor: “O que o futuro já fez por mim? Será que ele respeita os meus direitos?” (p.90). O princípio da responsabilidade em Jonas traduz o dever de assegurar o futuro, e sua ordem ética está presente em um apelo providente calcado na calma, prudência e equilíbrio.

A noção de responsabilidade em Hannah Arendt (2004) se expressa no sentido da preocupação com o mundo e com os outros. Assim, um questionamento centra-se em saber “com que *outro* queremos viver juntos?”. A autora distingue três níveis de responsabilidade: responsabilidade de escolher a si mesmo, responsabilidade de julgar e eleger exemplos, e responsabilidade para com a durabilidade do mundo por meio de um agir consciente. Uma importante

caracterização da ética de Arendt é descrita por Duarte e Assy (2004, p.52-53), que trata da distinção clássica entre “a publicidade dos nossos atos e a privacidade das nossas intenções”, e é assim sintetizada:

O critério final de uma ética da responsabilidade é quem somos na visibilidade do espaço público. Não se trata de um *self* a serviço do homem interior, mas, antes, de uma espécie de “social *self*”, para usar a expressão de Mead, que exerce um papel fundamental na constituição de quem somos no espaço público. Apesar de não renegar o domínio da interioridade, a ética da responsabilidade não se compromete com as chamadas “melhores intenções”, que repousam invisíveis na escuridão privada de nosso coração. Da mesma forma, não está em questão a “suposta autenticidade do ser” no sentido de um senso profundo de verdade, que se revelaria no reino da interioridade. O fundamental para uma práxis ética que só se revela no mundo das aparências é como cada um se singulariza por meio de seus atos e palavras, de modo a atrelar singularidade e responsabilidade. Em certo sentido, uma ética da responsabilidade é uma ética da aparência.

Arendt (2004) resgata o sentido de pertencer a uma comunidade e que se revela na forma de “amor mundi” [influência de Santo Agostinho], que, nas palavras de Assy (2004, p.57), é “o amor por aquilo que é criado através da ação em conjunto, o amor que dá uma durabilidade às invenções da liberdade política, como também proporciona uma realidade estável às gerações futuras” . Assy (2004) sustenta, na perspectiva de Arendt, que o amor ao mundo revela a responsabilidade de cada um para com o outro como um modo de preservar-se a si mesmo. E salienta o elo entre a responsabilidade e a vontade, dizendo que o indivíduo assegura a consistência da sua singularidade na medida em que se revela no espaço público. E, sendo o indivíduo um ser plural, o imaginário do *ethos* público depende do “esforço contínuo de levar em consideração os pontos de vista alheios” (p.58). Assim,

não obstante nascermos intrinsecamente *entre* os homens, ainda nos cabe a arte de exercitar a alteridade, de assumir responsabilidade por quem somos, pelo modo como agimos, e por que mundo somos responsáveis (ASSY, 2004, p.58).

Os sentidos de pluralidade, de amor mundo, do elo entre singularidade e responsabilidade, de uma ética da responsabilidade [ou uma ética da aparência] consubstanciam [ou deveriam consubstanciar] as políticas de Responsabilidade Social, sobretudo, das IES. Pragmaticamente, as políticas referem-se à capacidade que a instituição tem de intervir e influenciar nas transformações por uma sociedade mais justa e menos desigual. Para isso, faz-se necessário “impregnar” o seu modelo de gestão com valores essenciais capazes de gerar “impactos” positivos com e para os seus *stakeholders*. Valleys e Carrizo (2006)

descrevem os seguintes impactos: a) Impacto de funcionamento da organização ou Gestão Administrativa - funcionários, docentes, discentes, meio ambiente etc.; b) impacto educativo ou de ensino - formação direta dos profissionais e sua ética profissional; c) impacto do conhecimento ou pesquisa - consiste no desenvolvimento do conhecimento e das tecnologias e na relação entre tecnociência e a sociedade; d) impactos sociais ou de extensão - a instituição tem impacto sobre a sociedade e sobre seu desenvolvimento econômico, social e político. Esses impactos sinalizam o comprometimento das IES para muito além das suas relações “ensino-aprendizagem”, mas as inserem no compromisso com o desenvolvimento do País.

A Revista Estudos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, de junho de 2006, publicou um artigo com o relato sobre o projeto “*Universidad Construye País*”, que incorpora treze universidades chilenas dispostas a repensarem suas práticas e seus valores no que tange à Responsabilidade Social. Primeiramente, segue um quadro com um conjunto de princípios e valores de uma universidade socialmente responsável, considerando os planos “pessoal”, “social” e “universitário” (quadro 2); após, um conjunto de indicadores de condutas “para serem utilizados como uma ferramenta de gestão” (quadro 3). (LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006, p.70)

Quadro 2: Valores e princípios de uma universidade socialmente responsável

Dignidade da pessoa: • Tratar com respeito seus integrantes. • Manifestar preocupação com o respeito que os professores demonstram por seus alunos. • Investir para garantir boas condições de trabalho para os funcionários. • Apoiar individualmente pessoas que se encontram em dificuldade. • Elaborar critérios e parâmetros claros para as pesquisas com seres humanos. • Investir no aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos.	Liberdade: • Respeitar as decisões tomadas por seus integrantes. • Dar espaços para a livre expressão de idéias ou crenças. • Respeitar a liberdade dos docentes no que tange à utilização de metodologias inovadoras. • Dar liberdade para abordagem de temas de interesse atual. • Acolher as idéias ou iniciativas de seus funcionários. • Promover a discussão aberta de temas que geram conflitos na sociedade.
Cidadania, participação e democracia: • Facilitar a participação de seus integrantes em instâncias de representação. • Ter interesse em conhecer as opiniões e inquietações de seus integrantes. • Incorporar a opinião dos funcionários na definição de suas tarefas e responsabilidades. • Formar para uma participação ativa na sociedade. • Formar com base no respeito aos direitos humanos. • Contribuir para formar opinião com referência a temas públicos para a comunidade.	Sociabilidade e solidariedade: • Incentivar a prestação de serviços gratuitos a grupos ou comunidades carentes de recursos. • Estimular a solidariedade entre os membros. • Promover um tratamento respeitoso a todas as pessoas, indistintamente. • Promover atividades de integração entre seus professores, funcionários e alunos. • Orientar a formação dos estudantes para que vejam em sua profissão uma forma de servir aos demais. • Dar importância ao desenvolvimento das habilidades sociais de seus alunos.

Bem comum e equidade: • Destinar, de modo equitativo, os recursos a seus respectivos setores. • Dar importância à justiça social na formação de seus estudantes. • Facilitar o ingresso de alunos carentes. • Dispor de um sistema para ajudar a resolver os problemas econômicos de pessoal com escassez de recursos. • Definir política salarial com base no critério da equidade. • Dispor de política de ascensão profissional clara, transparência e justa.	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: • Capacitar seus integrantes a se cuidarem para prevenir certas enfermidades. • Preocupar-se, de modo especial, com a formação dos alunos no cuidado com o meio ambiente. • Incentivar seus membros, de modo permanente, a economizar água, energia etc. • Estabelecer normas que limitam o consumo de cigarros em espaços públicos fechados. • Dispor de depósitos para separação do lixo segundo o tipo de material. • Conscientizar a comunidade universitária sobre os problemas ambientais enfrentados por nossa sociedade.
Aceitação da diversidade: • Atuar com respeito à diversidade humana, sem discriminação de raça, nacionalidade, cultura etc. • Facilitar a expressão das diversas tendências religiosas. • Permitir que as diversas tendências políticas sejam respeitadas. • Realizar conferências e seminários para que seus membros tomem conhecimento das diversas posturas existentes na universidade e relacionadas com problemas de interesse nacional. • Facilitar o acesso a grupos de alunos especiais (deficientes, indígenas). • Possuir infra-estrutura especialmente adaptada para deficientes.	Compromisso com a verdade: • Realizar pesquisas com vistas à verdade. • Desenvolver o espírito crítico dos alunos mediante atividade de aprendizagem. • Realizar uma comunicação interna honesta e transparente. • Realizar um marketing honesto e transparente na comunidade. • Ratificar o compromisso com a verdade de seus integrantes. • Estimular a busca da verdade nas atividades de seus docentes. Excelência: • Adotar política clara de aperfeiçoamento de seus funcionários e política de docência que promova o desenvolvimento integral dos alunos. • Aplicar sistemas de avaliação de desempenho com base em padrões de excelência, conhecidos pelos funcionários. • Incentivar, de modo especial, as atividades de pesquisa de seus acadêmicos. • Promover a renovação curricular e da metodologia de ensino.
Integridade: • Contar com critérios éticos, do conhecimento da universidade, para orientar a conduta de seus membros. • Demonstrar coerência entre seus princípios e suas ações. • Demonstrar inflexibilidade diante de atos de desonestidade cometidos por seus integrantes. • Exercer controle para que seus recursos sejam utilizados de forma honesta para as respectivas finalidades institucionais. • Considerar, de forma equilibrada, a avaliação pessoal e técnica, na promoção de seus funcionários. • Garantir o respeito à propriedade intelectual em suas atividades.	Interdependência e transdisciplinaridade: • Atuar para que os cursos tenham um enfoque interdisciplinar. • Implementar grades curriculares capazes de exigir que os alunos curssem outras disciplinas. • Incentivar os docentes a realizar trabalhos em equipes interdisciplinares. • Buscar solucionar problemas juntamente com as pessoas ou setores diretamente envolvidos. • Fazer com que as atividades acadêmicas lidem com os desafios ou problemas enfrentados por nossa sociedade. • Promover vínculos entre as atividades universitárias e a comunidade local.

Fonte: Adaptado de La Jara; Fontecilla; Troncoso (2006).

Os “indicadores de conduta” do projeto das universidades do Chile têm como finalidade contribuir para que se tenha “uma referência capaz de servir de espelho para observar, avaliar e planejar ações corretivas relacionadas com a responsabilidade social”. (LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006, p.70-73). A seguir, os indicadores sugeridos pelo projeto chileno:

Quadro 3: Indicadores de conduta em responsabilidade social das universidades

PLANO PESSOAL	
Dignidade da Pessoa	O trabalho da universidade deve privilegiar a autonomia, razão, consciência e solidariedade.
Liberdade	Preserva o respeito ao direito e liberdade dos membros (liberdade de pensamento, de religião, opinião, associação etc).
Integridade	Coerência entre as declarações e ações, demonstrando transparência e honestidade.
PLANO SOCIAL	
Bem comum e equidade	Desenvolvimento equilibrado de todas as unidades que compõem o âmbito universitário.
Desenvolvimento Sustentável	Intervenção consciente para encontrar soluções para a destruição da natureza e promover iniciativas de preservação da vida.
Socialização e solidariedade	Reconhecimento explícito da colaboração de cada um para o exercício solidário.
Aceitação e reconhecimento da diversidade	Capacidade de valorizar o outro e integrar-se sem discriminação.
Cidadania, democracia e participação	A forma de vida democrática implica na atitude do espírito que clama pelo respeito ao próximo, pelo diálogo, pela não discriminação, pela compreensão, pela tolerância e lealdade.
PLANO UNIVERSITÁRIO	
Compromisso com a verdade	Leva em consideração um conjunto de princípios éticos: respeito às diferentes dimensões do conhecimento; capacidade de diálogo; honestidade; prudência etc.
Excelência	Expressão de qualidade ou bondade superior.
Interdependência e transdisciplinaridade	Diálogo permanente entre a sociedade e a universidade

Fonte: Adaptado de La Jara; Fontecilla; Troncoso (2006).

Optou-se pela transcrição na íntegra dos indicadores por tratar-se de uma iniciativa ainda pouco freqüente no âmbito universitário. Há, entretanto, várias iniciativas de formulação de indicadores de responsabilidade social com foco nas empresas, como exemplo, os modelos de balanço social *Ethos* e IBASE, as normas SA 8000 e NBR 16 000 etc., que também são utilizados pelas instituições de ensino.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto desta pesquisa consiste na Responsabilidade Social das IES, considerando a etapa de compreensão da avaliação da vocação social do CESUSC, mediante um diagnóstico com o público interno. Esta pesquisa tem por finalidade buscar orientações para solução de problemas práticos do cotidiano da Instituição. Trata-se, porém, de um estudo exploratório, a fim de proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo.

A abordagem da pesquisa é complementar, ou seja, articula as abordagens quantitativa e qualitativa. Há a preocupação em levantar a percepção dos entrevistados expressa em números e por meio de comparação das freqüências, assim como busca-se interpretar os fenômenos com base nos discursos da Instituição.

Quanto ao procedimento da coleta de dados, distinguem-se duas formas:

- a) Pesquisa documental: a fim de reconhecer e compreender a missão, os princípios e valores da Instituição acessíveis tanto internamente quanto à sociedade de modo geral. Pesquisou-se no site e no material publicitário impresso. Entende-se que, mesmo que os documentos internos tragam maior consistência sobre os fins e os meios Institucionais, o que importa, nesse momento, é o que, prioritariamente, é comunicado a respeito de si mesma.
- b) Levantamento: As percepções dos respondentes foram levantadas por meio de um questionário com perguntas fechadas, apresentando a seguinte escala de avaliação: 0 = desconhecido; 1 = péssimo; 2 = ruim; 3 = regular; 4 = bom; 5 = ótimo. A técnica de amostragem foi definida por conveniência, totalizando 183 questionários, respondidos a partir da seguinte estratificação: Professores (**P**): 26; alunos (**A**): 137; colaboradores (**C**): 20.

O questionário com perguntas fechadas foi elaborado considerando um conjunto de valores essenciais ao conceito de Responsabilidade Social da IES, conforme La Jara; Fontecilla, Troncoso, 2006. São eles: Dignidade da pessoa; liberdade; integridade; bem comum e equidade; desenvolvimento sustentável; socialização e solidariedade; aceitação e reconhecimento da diversidade; cidadania, democratização e participação; compromisso com a verdade; excelência; e interdependência e transdisciplinaridade.

Os resultados serão apresentados por meio de distribuição de frequências, considerando as respostas integradas e também distintas a partir da estratificação dos respondentes (professores, alunos e colaboradores). Os indicadores analisados estão separados em 4 impactos: Impacto Organizacional (Gestão); Impacto Educativo (Ensino); Impacto de Produção do saber (Pesquisa); Impacto Social (Extensão). As interpretações dos resultados serão distintas, conforme sugestão do SINAES, em “forças/potencialidades” (bom + ótimo) e “fragilidades/pontos que requerem melhoria” (regular + ruim + péssimo + desconheço).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste momento serão apresentados os resultados da pesquisa considerando primeiramente a avaliação Institucional a partir do modo como esta sintetiza e comunica seus valores. Segundo, apresentam-se os resultados da avaliação comparativa por impactos (gestão, ensino, pesquisa e extensão), seguindo a orientação do SINAES, que distingue as “forças e potencialidades” (soma dos níveis “bom” e “ótimo”), e as “fragilidades e pontos que requerem melhoria” (soma dos demais níveis: “regular”, “ruim”, “péssimo” e “desconheço”). Terceiro, é apresentado, uma síntese das ações sociais sinalizadas pelos respondentes como prioritárias, ou seja, que devem ou deveriam fazer parte da agenda do CESUSC. Quarto, sintetiza-se na concepção de “vocação social do CESUSC” os resultados da seleção de prioridades para cada impacto; os indicadores onde o nível “ótimo” e o nível “bom” se destacam. Por fim, são apresentados quadros comparativos entre os maiores e menores índices.

4.1 VALORES DA INSTITUIÇÃO: AUTODEFINIÇÃO CORPORATIVA

Os valores orientam a vida da organização e modelam o discurso cotidiano sobre o ambiente organizacional. Sem a pretensão de estabelecer uma hierarquia de valores, foi possível identificar quais são os valores mais recorrentes que são comunicados pelo CESUSC.

A princípio, é destacado o início das suas atividades, 1997, com o propósito de ser um “curso diferenciado”, que apresentasse projetos integrando ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, definiu como prioritário no perfil do seu corpo docente a capacidade de pesquisa nas perspectivas - interdisciplinar, crítica e transformadora. Nas palavras do Presidente, o CESUSC deve ser um espaço para debates com vista à busca de soluções humanitárias e justas; que os conteúdos sejam marcados pela interproblematização, visando à transformação social e ao compromisso com múltiplas realidades; ainda, destaca a promoção da dignidade e o respeito à igualdade na diferença.

A missão institucional ressalta a excelência do ensino, associado à pesquisa e extensão; focaliza a produção e disseminação do conhecimento nas áreas de ciências humanas e sociais circunscritos no Estado de Santa Catarina,

em especial, na Grande Florianópolis; e, ainda, propõe contribuir para o desenvolvimento nacional auto-sustentado.

Na ocasião da apresentação geral dos cursos, os seguintes valores foram destacados: alta qualidade; educação para a cidadania, sucesso profissional e crescimento pessoal; professores reconhecidos pelas competências teóricas e práticas; estrutura física de alto padrão. Na apresentação de cada um dos cursos, Administração, Direito e Psicologia, há elementos diferentes, porém, não contraditórios. Sintetiza-se de forma integrada: os cursos devem formar profissionais com visão social e empreendedora, crítica e ética; promover o desenvolvimento, expansão e democratização do conhecimento científico; aliar formação teórica e prática para o desenvolvimento de uma cidadania consciente e participativa; atuar em projetos sociais junto às comunidades carentes para o resgate da dignidade; possibilitar a discussão de temas relevantes, local e nacionalmente; enfatizar os Direitos Humanos na formação e atuação dos alunos.

O vídeo Institucional mescla a narrativa própria com o depoimento dos alunos e podem ser assim resumidos: o CESUSC destaca-se pela qualidade do ensino; corpo de professores altamente qualificados; excelente infra-estrutura, incluindo a tecnológica; coloca o aluno em situações reais, procurando integrar teoria e prática; apresentação de temas contemporâneos com autoridades nacionais e internacionais; conceito 10 no MEC; os estudantes são ouvidos, há o interesse no seu feedback; preocupa-se com um mundo diferente, mais justo e solidário; ainda, menciona o ensino alternativo de qualidade.

Quadro 4: Avaliação de forças e fraquezas na autodefinição corporativa

Forças/Potencialidades:

- Os valores dizem respeito a todos os impactos: gestão, ensino, pesquisa e extensão.
- As perspectivas “integração dos processos (gestão, ensino, pesquisa e extensão)”, “interproblematização” e “interdisciplinaridade” foram reforçadas como diferenciais.

Fragilidades/Pontos que requerem melhoria:

- Redação e diagramação dos textos no site são pouco atrativas e dificultam a assimilação mais plena das proposições e fundamentos do CESUSC;
- A expressão “Responsabilidade Social” não é mencionada em documentos escritos e públicos;
- Desatualização entre os valores comunicados (sites, murais, etc.) e entre os defendidos pela organização;
- A missão, além de ser excessivamente longa, traz o termo “desenvolvimento auto-sustentado”, que não foi explorado em outras comunicações. Não contempla os *stakeholders* principais.
- O histórico do CESUSC está inserido no ambiente do Curso do Direito, ou seja, é preciso conhecer a história do CESUSC para conseguir acessá-la facilmente.
- No vídeo, não fica claro o porquê da palavra “alternativo”, na expressão “ensino alternativo de qualidade”.
- Não há clareza quanto ao diferencial do CESUSC.

Fonte: Dados primários

4.2 AVALIAÇÃO COMPARATIVA POR IMPACTOS⁷

Serão apresentados os resultados da pesquisa de avaliação da responsabilidade social, considerando quatro impactos: organizacional (gestão administrativa), educativo (ensino), de produção do saber (pesquisa) e o social (extensão).

Quadro 5: Avaliação de forças e fragilidades: Impacto Organizacional (resposta geral)

Forças/Potencialidades (Bom + Ótimo):

- Busca coerência entre o discurso (missão, valores) e a prática acadêmica e institucional (42%).
- A faculdade é um espaço democrático que serve como modelo de vida coletiva ao estudante (56%).
- O estudante aprende o que interessa à carreira, mas, também, hábitos e valores cidadãos (57%).
- O CESUSC tem uma imagem institucional de responsável socialmente (65%).
- Tem interesse em conhecer as opiniões e inquietações dos seus integrantes (42%).
- Investe no aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos (38%).
- Dispõe de política de ascensão profissional clara, transparente e justa (31%).
- Atua com respeito à diversidade, sem discriminação de raça, nacionalidade e cultura (76%).
- Realiza uma comunicação interna honesta e transparente (49%).
- Realiza um marketing honesto e transparente na comunidade (54%).
- Estabelece critérios éticos claros para orientar a conduta dos seus membros (41%).

Fragilidades/Pontos que requerem melhoria:

- Conscientiza a comunidade acadêmica sobre os problemas ambientais da sociedade (regular: 38%).
- Promove a separação do lixo segundo o tipo de material (desconheço: 28%; péssimo: 16% e ruim: 21%).
- Promove atividades de integração entre seus professores, funcionários e alunos (desconheço: 21%; péssimo: 15%, ruim: 18% e regular: 24%).

Fonte: Dados primários

Quadro 6: Avaliação de forças e fragilidades: Impacto Educativo - Ensino (resposta geral)

Forças/Potencialidades (Bom + Ótimo):

- O currículo possibilita o entendimento e a interpretação dos problemas do mundo (57%).
- Há a articulação entre os programas das diversas disciplinas no curso (40%).
- Promove a renovação curricular (41%).
- Respeita a liberdade dos docentes no que tange à utilização de metodologias inovadoras (52%).
- Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual (71%).
- Incentiva os docentes a realizarem trabalhos em equipes interdisciplinares (51%).
- Promove a discussão aberta de temas que geram conflitos na sociedade (64%).
- Permite a formação dos alunos com base no respeito aos Direitos Humanos (63%).
- Atribui importância ao desenvolvimento das habilidades sociais dos seus alunos (47%).
- Atribui importância à justiça social na formação de seus estudantes (55%).
- Atribui importância ao meio ambiente na formação dos seus alunos (38%).
- A avaliação possibilita saber como o estudante se relaciona globalmente com o que aprende (40%).
- O curso orienta para uma ação profissional ética (61%).

Fragilidades/Pontos que requerem melhoria:

- Fomenta a criação de oficinas de aprendizagem e a articulação entre as disciplinas (35% regular e 23% desconhecem).

Fonte: Dados primários

⁷ Os resultados da pesquisa foram entregues na Íntegra à Instituição com a distinção das frequências por estratificação das respostas (professores, colaboradores e alunos).

Quadro 7: Avaliação de forças e fragilidades: Impacto na Produção do Saber - Pesquisa (resposta geral)

Forças/Potencialidades (Bom + Ótimo):

- Há a articulação entre pesquisador e docente para trabalhar a mesma problemática (38%).
- Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos (46%).
- Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social (40%).

Fragilidades/Pontos que requerem melhoria:

- Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade (33% regular e 21% desconhecem).

Fonte: Dados primários

Quadro 8: Avaliação de forças e fragilidades: Impacto Social – Extensão (resposta geral)

Forças/Potencialidades (Bom + Ótimo):

- Promove o vínculo entre as atividades universitárias e a comunidade local (37%).
- Realiza conferências e seminários relacionados com os problemas de interesse nacional (50%).
- Estimula o voluntariado estudantil pela união entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (32%).
- Facilita o ingresso de alunos carentes (40%).
- Facilita o ingresso de alunos especiais (42%).
- Forma os alunos para sua participação ativa na sociedade (52%).
- Promove alianças estratégicas com entidades, prefeituras etc., para prestação de serviços (33%).
- Promove ajuda humanitária e de assistência à comunidade (35%).
- Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento humano e qualidade de vida (35%).
- Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da democracia (41%).
- Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento técnico-científicos (33%).

Fragilidades /Pontos que requerem melhoria:

- Promove campanhas publicitárias para causas sociais (30% desconhecem, 25% regular e 21% ruim + péssimo).
- Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento econômico (32% regular, 28% desconhecem e 12% ruim + péssimo).
- Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento das aptidões culturais (33% regular, 24% desconhecem e 15% ruim + péssimo).

Fonte: Dados primários

A análise das forças e fraquezas (conforme propõe o modelo do SINAES), com respostas não estratificadas por professores, alunos e colaboradores, demonstra um quadro bastante favorável como resultado da pesquisa se considerado o número de respostas enquadradas no item “forças/oportunidades” (bom + ótimo).

O questionário possui quarenta e seis questões, destas, trinta e oito foram avaliadas positivamente conforme o critério do SINAES (bom + ótimo); e oito questões foram classificadas de forma negativa, ou seja, sob a abordagem “fragilidades/pontos que requerem melhoria”.

4.3 AÇÕES ELEITAS COMO PRIORITÁRIAS PARA RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CESUSC

Tendo em vista o volume de ações de Responsabilidade Social que uma instituição de ensino pode empreender, buscou-se conhecer quais ações deveriam compor o quadro de prioridades do CESUSC. Esta pergunta tem como objetivo subjacente identificar e fortalecer uma identidade para a Instituição. Nem todos responderam a esse questionamento, e havia muitas opções de indicadores (grande dispersão), então, esses dois fatores conjugados justificam os baixos índices.

Quadro 9: Maiores índices na seleção de prioridades das ações sociais distintos por impactos

A	Impacto Organizacional - Gestão Administrativa	Frequência	%
3	O estudante aprende o que interessa à carreira, mas, também, hábitos e valores cidadãos.	14	4,4%
7	Promove a separação do lixo segundo o tipo de material.	10	3,1%
6	Conscientiza a comunidade acadêmica sobre os problemas ambientais da sociedade.	9	2,8%
B	Impacto Educativo – Ensino	Frequência	%
28	O curso orienta para uma ação profissional ética.	16	5,0%
22	Permite a formação dos alunos com base no respeito aos Direitos Humanos.	12	3,8%
19	Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual.	8	2,5%
C	Impacto da Produção do Saber – Pesquisa	Frequência	%
31	Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social.	12	3,8%
30	Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos.	8	2,5%
32	Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade.	8	2,5%
D	Impacto Social – Extensão	Frequência	%
36	Facilita o ingresso de alunos carentes.	22	6,9%
38	Forma os alunos para sua participação ativa na sociedade.	15	4,7%
42	Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento humano e qualidade de vida.	11	3,4%

Fonte: Dados primários

Quadro 10: Relação entre a PRIORIDADE e o grau de SATISFAÇÃO

N	Processo	QUESTÕES	% Prioridade	% Satisfação					
				0	1	2	3	4	5
				Desc.	Péss.	Ruim	Reg.	Bom	Ótimo
36	Extensão	Facilita o ingresso de alunos carentes.	6,9%	23%	10%	12%	15%	24%	16%
28	Ensino	O curso orienta para uma ação profissional ética.	5%	7%	1%	7%	23%	32%	29%
38	Extensão	Forma os alunos para sua participação ativa na sociedade.	4,7%	9%	3%	9%	28%	33%	19%
3	Gestão	O estudante aprende o que interessa à carreira, mas, também, hábitos e valores cidadãos.	4,4%	4%	3%	6%	29%	37%	20%
22	Ensino	Permite a formação dos alunos com base no respeito aos Direitos Humanos.	3,8%	10%	2%	4%	20%	37%	26%
31	Pesquisa	Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social.	3,8%	15%	4%	12%	30%	28%	12%
42	Extensão	Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento humano e qualidade de vida.	3,4%	23%	3%	14%	26%	25%	10%

Fonte: Dados primários

Os quadros 9 e 10 revelam os indicadores distintos, por impactos, considerados prioritários. Há que se observar que os indicadores relacionados à Extensão e à Pesquisa têm os maiores índices denominados “desconheço”, ou seja, são considerados prioritários, mas não são observadas práticas efetivas nessa linha. Por outro lado, os indicadores relacionados ao Ensino e à Gestão apresentam os melhores índices, quer dizer, são considerados prioritários, e também há níveis de satisfação mais elevados.

4.4 VOCAÇÃO SOCIAL DO CESUSC

Um dos requisitos da Responsabilidade Social é a identificação da “vocação social” da empresa ou instituição implicada. Defende-se a idéia da vocação, por exemplo, para que se empreendam esforços concentrados em determinadas áreas compatíveis com sua atuação e, assim, possa avaliar a efetividade de suas ações. Entende-se como vocação social, no contexto desta pesquisa, os indicadores considerados prioritários (quadro 11); os indicadores em que as avaliações destacaram-se com o conceito “ótimo” (quadro 12); e, os indicadores em que o conceito “bom” obteve os melhores índices. (Quadro 13).

Quadro 11: Vocação social do CESUSC – Seleção de prioridades por impactos

A	Impacto Organizacional - Gestão Administrativa	Frequência	%
3	O estudante aprende o que interessa à carreira, mas, também, hábitos e valores cidadãos.	14	4,4%
B	Impacto Educativo – Ensino	Frequência	%
28	O curso orienta para uma ação profissional ética.	16	5,0%
C	Impacto da Produção do Saber – Pesquisa	Frequência	%
31	Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social.	12	3,8%
D	Impacto Social – Extensão	Frequência	%
36	Facilita o ingresso de alunos carentes.	22	6,9%

Fonte: Dados primários

O quadro 11 mostra a prioridade por impacto, entretanto, é importante observar que a Extensão recebeu o maior índice.

Quadro 12: Vocação social do CESUSC – Avaliação em que o nível ÓTIMO se destaca

A	Impacto Organizacional - Gestão Administrativa	Desconheço	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	ótimo
10	Atua com respeito à diversidade, sem discriminação de raça, nacionalidade e cultura.	4%	4%	3%	12%	34%	42%
B	Impacto Educativo – Ensino	Desconheço	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	ótimo
19	Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual.	7%	2%	3%	17%	35%	36%
C	Impacto da Produção do Saber – Pesquisa	Desconheço	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	ótimo
Não há indicadores em que o nível ótimo se destaca							
D	Impacto Social – Extensão	Desconheço	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	ótimo
Não há indicadores em que o nível ótimo se destaca							

Fonte: Dados primários

Os impactos “Pesquisa” e “Extensão” apresentavam no questionário dezoito indicadores para serem avaliados. Nenhum desses indicadores recebeu conceito “ótimo”, conforme o quadro 12.

D	Impacto Social – Extensão	Desconheço	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	ótimo
33	Promove o vínculo entre as atividades universitárias e a comunidade local.	22%	5%	11%	25%	29%	8%
34	Realiza conferências e seminários relacionados com os problemas de interesse nacional.	8%	5%	9%	27%	36%	14%
36	Facilita o ingresso de alunos carentes.	23%	10%	12%	15%	24%	16%
38	Forma os alunos para sua participação ativa na sociedade.	9%	3%	9%	28%	33%	19%
43	Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da democracia.	19%	3%	9%	27%	31%	10%

Fonte: Dados primários

O nível “bom” pertence a uma classificação de desempenho considerada forte. Por isso, entende-se que os indicadores que receberam essa avaliação compõem o quadro de vocação do CESUSC. Nenhum indicador da “Pesquisa” foi preponderantemente avaliado como “bom”, de acordo com o quadro 13.

4.5 COMPARATIVO ENTRE OS ÍNDICES

Compreender a “vocação social” do CESUSC por meio das escolhas conscientes e por meio dos melhores desempenhos é uma etapa importante da análise. Entretanto, observar os desempenhos não muito favoráveis, além de poder reforçar a “vocação”, também subsidia a tomada de decisões da Instituição.

Os quadros 14, 15, 16 e 17 (a seguir) apresentam o comparativo entre os maiores e os menores índices em cada conceito (desconheço, péssimo, ruim, regular, bom e ótimo), considerando a distinção dos impactos. Por exemplo, no quadro 14, que apresenta o “impacto organizacional”, é possível observar que os respondentes mais desconhecem (28%) é se o CESUSC “promove a separação do lixo segundo o tipo de material”, e o que menos ignoram (3%) é se a “faculdade é um espaço democrático que serve como modelo de vida coletiva ao estudante”.

Quadro 14: Relação entre os maiores e os menores índices na avaliação do Impacto Organizacional

IMPACTO ORGANIZACIONAL – GESTÃO				
MAIORES ÍNDICES			MENORES ÍNDICES	
Desconheço	28%	Promove a separação do lixo segundo o tipo de material.	3%	A faculdade é um espaço democrático que serve como modelo de vida coletiva ao estudante.
Péssimo	16%	Promove a separação do lixo segundo o tipo de material.	2%	O CESUSC tem uma imagem institucional de responsável socialmente.
Ruim	21%	Promove a separação do lixo segundo o tipo de material.	3%	Atua com respeito à diversidade, sem discriminação de raça, nacionalidade e cultura.
Regular	38%	Conscientiza a comunidade acadêmica sobre os problemas ambientais da sociedade.	12%	Atua com respeito à diversidade, sem discriminação de raça, nacionalidade e cultura.
Bom	43%	O CESUSC tem uma imagem institucional de responsável socialmente.	13%	Promove a separação do lixo segundo o tipo de material.
Ótimo	42%	Atua com respeito à diversidade, sem discriminação de raça, nacionalidade e cultura.	4%	Promove atividades de integração entre seus professores, funcionários e alunos.

Fonte: Dados primários

Quadro 15: Relação entre os maiores e os menores índices na avaliação do Impacto Educativo

IMPACTO EDUCATIVO - ENSINO				
MAIORES ÍNDICES			MENORES ÍNDICES	
Desconheço	23%	Promove a renovação curricular. Fomenta a criação de oficinas de aprendizagem e a articulação entre as disciplinas.	6%	Promove a discussão aberta de temas que geram conflitos na sociedade.
Péssimo	8%	Fomenta a criação de oficinas de aprendizagem e a articulação entre as disciplinas.	1%	O currículo possibilita o entendimento e a interpretação dos problemas do mundo. Promove a discussão aberta de temas que geram conflitos na sociedade. O curso orienta para uma ação profissional ética.
Ruim	16%	A avaliação possibilita saber como o estudante se relaciona globalmente com o que aprende.	3%	Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual.
Regular	38%	Há a articulação entre os programas das diversas disciplinas no curso.	17%	Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual.
Bom	47%	O currículo possibilita o entendimento e a interpretação dos problemas do mundo.	19%	Fomenta a criação de oficinas de aprendizagem e a articulação entre as disciplinas.
Ótimo	36%	Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual.	6%	Fomenta a criação de oficinas de aprendizagem e a articulação entre as disciplinas.

Fonte: Dados primários.

Quadro 16: Relação entre os maiores e os menores índices na avaliação do impacto da produção.

IMPACTO DA PRODUÇÃO DO SABER - PESQUISA				
		MAIORES ÍNDICES	MENORES ÍNDICES	
Desconheço	21%	Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade.	6%	Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos.
Péssimo	4%	Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos. Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social. Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade.	2%	Há a articulação entre pesquisador e docente para trabalhar a mesma problemática.
Ruim	12%	Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social.	9%	Há a articulação entre pesquisador e docente para trabalhar a mesma problemática.
Regular	34%	Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos.	30%	Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social.
Bom	30%	Há a articulação entre pesquisador e docente para trabalhar a mesma problemática.	21%	Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade.
Ótimo	17%	Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos.	8%	Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade.

Fonte: Dados primários.

Quadro 17: Relação entre os maiores e os menores índices na avaliação do Impacto Social

IMPACTO SOCIAL - EXTENSÃO				
		MAIORES ÍNDICES	MENORES ÍNDICES	
Desconheço	31%	Facilita o ingresso de alunos especiais.	8%	Realiza conferências e seminários relacionados com os problemas de interesse nacional.
Péssimo	10%	Facilita o ingresso de alunos carentes. Facilita o ingresso de alunos especiais.	3%	Forma os alunos para sua participação ativa na sociedade.
Ruim	14%	Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento humano e qualidade de vida.	8%	Promove alianças estratégicas com entidades, prefeituras etc, para prestação de serviços. Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento econômico.
Regular	33%	Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento das aptidões culturais	15%	Facilita o ingresso de alunos carentes.
Bom	36%	Realiza conferências e seminários relacionados com os problemas de interesse nacional.	17%	Promove campanhas publicitárias para causas sociais.
Ótimo	16%	Facilita o ingresso de alunos carentes.	7%	Promove campanhas publicitárias para causas sociais.

Fonte: Dados primários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de cunho exploratório permitiu avaliar as oportunidades e fragilidades em Responsabilidade Social da Instituição sob a ótica de seus interlocutores: alunos, professores e colaboradores, assim como mediante o discurso da Instituição.

O CESUSC originou-se de uma proposta fundamentada nos preceitos dos Direitos Humanos e tem o desafio de perpetuar seu ideal num cotidiano de competitividade intensa. A vocação social da Instituição foi identificada seguindo o rol de prioridades apontadas pelos respondentes e seguindo os melhores índices obtidos a partir de um questionário com quarenta e seis questões (anexo). Destacaram-se os impactos “ensino” e “gestão” por apresentarem os melhores índices na avaliação. Entretanto, o impacto “extensão”, especificamente, “facilitar o ingresso de alunos carentes”, obteve destaque na totalização das prioridades identificadas.

Não obstante os resultados pontuais, reforça-se, neste momento, que uma avaliação com tal proposição, tanto em instituições privadas quanto públicas, torna-se crucial para a uma “educação de qualidade”, principalmente na medida em que os impactos de gestão, de ensino, de pesquisa e de extensão são dimensionados a partir das contribuições efetivas para o desenvolvimento do país.

A qualidade na educação, aqui caracterizada pela “multiplicidade de itens” e pelo “processo contínuo”, tem como referencial universal (SINAES) a construção e o exercício da cidadania. A avaliação sistemática e periódica da Responsabilidade Social exerce uma força integradora entre todos os impactos com vistas ao fortalecimento da consciência e das ações cidadãs.⁸

⁸ Agradeço a Diego Aguiar Teixeira, aluno de Administração do CESUSC, pela prontidão em tabular os dados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ASSY, B. Faces privadas em espaços públicos. In: ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Introdução à edição brasileira), pp. 31-60.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BECK, U. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BECK, U.; GUIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista Estudos**. Ano 24, nº 36, jun., 2006.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: _____ (org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.103-105.

ESTUDOS. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Ano 23, n. 34 (abr. de 2005). Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2005.

ESTUDOS. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Ano 24, n. 36 (abr. de 2006). Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HENRIQUES, M. C. **Perspectivas conceituais da educação para a cidadania**. Disponível em: <http://pwp.netcabo.pt/netmendo/Artigo_SICED_2000_.htm>. Acesso em: 05 de Julho de 2007.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LA JARA, M. J.; FONTECILLA, J. M. de F.; TRONCOSO, C. D.. Responsabilidade social universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Revista Estudos**. Ano 24, nº 36, jun., 2006.

LEIS, H. R. O dilema da cidadania na época da globalização: universalismo x particularismo. PPGS/UFSC, **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, nº 23, outubro 2000.

LEIS, H. R.; ASSMANN, S. Como salvar a universidade pública dela mesma: parte I. **Jornal Floripa Total**. Maio de 2007.

LEIS, H. R.; ASSMANN, S. Como salvar a universidade pública dela mesma: parte II. **Jornal Floripa Total**. Julho/Agosto de 2007.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SIQUEIRA, H. S. G. **Nova cidadania**: um conceito pós-moderno. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/novacidadania.html>>. Acesso: 05 de Julho de 2007.

VALLAEYS, F.; CARRIZO, L. **Marco Teórico de responsabilidade social universitária**. Disponível em: <www.iadb.org/>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ANEXO: Questionário

Prezad@ entrevistad@: Estamos realizando uma pesquisa sobre **Responsabilidade Social Universitária**. O Objetivo consiste em **compreender a vocação social do CESUSC**. Gostaríamos de contar com a sua colaboração nesta pesquisa. Por favor, preencha o questionário conforme as instruções. Obrigada.

Observe os números da escala:

0= desconheço	1= Péssimo	2= Ruim	3= Regular	4= Bom	5= Ótimo
---------------	------------	---------	------------	--------	----------

Responda todas as questões marcando apenas um número para cada frase.

I. Como avalio as ações de Responsabilidade Social Universitária do CESUSC:	Escala					
<i>A - Impacto Organizacional - Gestão Administrativa</i>						
1. Busca coerência entre o discurso (missão, valores) e a prática acadêmica e institucional.	0	1	2	3	4	5
2. A faculdade é um espaço democrático que serve como modelo de vida coletiva ao estudante.	0	1	2	3	4	5
3. O estudante aprende o que interessa à carreira, mas, também, hábitos e valores cidadãos.	0	1	2	3	4	5
4. O CESUSC tem uma imagem institucional de responsável socialmente.	0	1	2	3	4	5
5. Tem interesse em conhecer as opiniões e inquietações dos seus integrantes.	0	1	2	3	4	5
6. Conscientiza a comunidade acadêmica sobre os problemas ambientais da sociedade.	0	1	2	3	4	5
7. Promove a separação do lixo segundo o tipo de material.	0	1	2	3	4	5
8. Investe no aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos.	0	1	2	3	4	5
9. Dispõe de política de ascensão profissional clara, transparente e justa.	0	1	2	3	4	5
10. Atua com respeito à diversidade, sem discriminação de raça, nacionalidade e cultura.	0	1	2	3	4	5
11. Realiza uma comunicação interna honesta e transparente.	0	1	2	3	4	5
12. Realiza um marketing honesto e transparente na comunidade.	0	1	2	3	4	5
13. Promove atividades de integração entre seus professores, funcionários e alunos.	0	1	2	3	4	5
14. Estabelece critérios éticos claros para orientar a conduta dos seus membros.	0	1	2	3	4	5
<i>B – Impacto Educativo - Ensino</i>						
15. O currículo possibilita o entendimento e a interpretação dos problemas do mundo.	0	1	2	3	4	5
16. Há a articulação entre os programas das diversas disciplinas no curso.	0	1	2	3	4	5
17. Promove a renovação curricular	0	1	2	3	4	5
18. Respeita a liberdade dos docentes no que tange à utilização de metodologias inovadoras.	0	1	2	3	4	5
19. Há liberdade para a abordagem de temas de interesse atual.	0	1	2	3	4	5
20. Incentiva os docentes a realizarem trabalhos em equipes interdisciplinares.	0	1	2	3	4	5
21. Promove a discussão aberta de temas que geram conflitos na sociedade.	0	1	2	3	4	5
22. Permite a formação dos alunos com base no respeito aos Direitos Humanos.	0	1	2	3	4	5
23. Atribui importância ao desenvolvimento das habilidades sociais dos seus alunos.	0	1	2	3	4	5
24. Atribui importância à justiça social na formação de seus estudantes.	0	1	2	3	4	5
25. Atribui importância ao meio ambiente na formação dos seus alunos.	0	1	2	3	4	5
26. Fomenta a criação de oficinas de aprendizagem e a articulação entre as disciplinas.	0	1	2	3	4	5
27. A avaliação possibilita saber como o estudante se relaciona globalmente com o que aprende.	0	1	2	3	4	5
28. O curso orienta para uma ação profissional ética.	0	1	2	3	4	5
<i>C – Impacto da Produção do Saber - Pesquisa</i>						
29. Há a articulação entre pesquisador e docente para trabalhar a mesma problemática.	0	1	2	3	4	5
30. Incentiva as atividades de pesquisas de seus acadêmicos.	0	1	2	3	4	5
31. Promove pesquisas para fins de desenvolvimento social.	0	1	2	3	4	5
32. Promove pesquisas interdisciplinares aplicadas em benefício da sociedade.	0	1	2	3	4	5
<i>D – Impacto Social – Extensão</i>						
33. Promove o vínculo entre as atividades universitárias e a comunidade local.	0	1	2	3	4	5
34. Realiza conferências e seminários relacionados com os problemas de interesse nacional.	0	1	2	3	4	5
35. Estimula o voluntariado estudantil pela união entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.	0	1	2	3	4	5
36. Facilita o ingresso de alunos carentes.	0	1	2	3	4	5
37. Facilita o ingresso de alunos especiais.	0	1	2	3	4	5
38. Forma os alunos para sua participação ativa na sociedade.	0	1	2	3	4	5
39. Promove alianças estratégicas com entidades, prefeituras etc. para prestação de serviços.	0	1	2	3	4	5
40. Promove campanhas publicitárias para causas sociais.	0	1	2	3	4	5
41. Promove ajuda humanitária e de assistência à comunidade.	0	1	2	3	4	5
42. Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento humano e qualidade de vida.	0	1	2	3	4	5
43. Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da democracia	0	1	2	3	4	5
44. Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento técnico-científicos.	0	1	2	3	4	5
45. Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento econômico.	0	1	2	3	4	5
46. Desenvolve projetos com vistas ao desenvolvimento das aptidões culturais	0	1	2	3	4	5

→II. Circule **APENAS 3** números cujas ações de responsabilidade social você considera prioridade